

Editorial

Há dois sentidos em que a profissão docente pode ser entendida como central na política educacional. A primeira se refere à dimensão da ação educativa do docente e à centralidade da relação entre professores e estudantes para a formação de novas gerações. A segunda dimensão se refere ao financiamento da educação e, neste caso, a remuneração de professores é um aspecto sensível do custo.

Na história brasileira, os desafios da dimensão financeira são historicamente conhecidos e são marcados pelos embates em torno das políticas de piso e carreira, em um país continental e desigual. A dimensão da ação educativa, por outro lado, foi historicamente marcada pela valorização da centralidade do sujeito docente na construção de uma perspectiva emancipatória e inclusiva de educação.

Os ataques ao sentido da docência e o desrespeito ao profissional, com as investidas de um controle autoritário da ação do professor, nos embates com movimentos conservadores autointitulados de “escola sem partido”, por exemplo, ferem de maneira profunda a trajetória de debates sobre profissionalização e valorização. Estes ataques compõem um cenário novo de desconstrução das políticas educacionais e tornam mais complexa a análise deste contexto, pois assumem uma dimensão simbólica de ataque ao direito de exercer com autonomia a profissão docente; mas também, dimensão material, num contexto de austeridade fiscal, em que há congelamento de planos de carreira, com efeitos na remuneração docente; suspensão de concursos públicos com ampliação de contratos temporários e, uma perda histórica nas condições de aposentadoria do magistério e a grave possibilidade do fim da aposentadoria especial por tempo de serviço.

Este dossiê problematiza esta conjuntura, porém tentando abordar também a esperança, por isto busca entender as peculiaridades dos ataques, na chave da construção das formas de organização e resistências. Além da perspectiva local brasileira, este contexto de ameaças e resistências também pode ser pensado no âmbito internacional, em especial na América Latina. Os autores responderam à chamada, reconhecendo o papel do movimento sindical docente, tanto na defesa da profissão docente quanto na construção da escola

pública. O protagonismo do movimento sindical docente na disputa pelo conteúdo da política educacional é uma das características que a literatura especializada indica como especificidade do sindicalismo de professores e os artigos aqui reunidos permitem novos debates e reflexões sobre os sujeitos docentes, sua história de resistência, embates e construção de possibilidades para a profissão e para a educação.

O dossiê começa com três textos sobre nossos vizinhos na América Latina. O primeiro texto, de autoria de Adrián Ascolani, reflete a partir da Argentina e enfoca a diversidade da construção da ação sindical docente a partir de uma grande greve na província de Santa Fé, em 1921, explorando posições de professores e diretores das escolas e permite um olhar sobre a organização nos sindicatos e as interlocuções no contexto de cada escola. O segundo texto, de autoria de Rodrigo Andrés Reyes Aliaga, nos remete ao Chile e, novamente, convida a pensar os nuances desta profissão. A partir do debate sobre o perfil dos professores em escolas particulares subvencionadas e escolas municipais, o autor reflete sobre a diversidade de condições de trabalho frente à diversidade de formas de administração do sistema escolar chileno. Pensar o contexto do atendimento educacional como um componente das condições de trabalho é fundamental para compreender os dilemas e as construções de ataques à profissão docente. O terceiro texto, de autoria de Adriana Migliavacca, Gabriela Vilariño e Matías Remolgao, apresenta-nos a Argentina no contexto recente do governo Macri e analisa as experiências recentes de resistência à desconstrução dos direitos dos trabalhadores da educação argentino a partir da experiência dos sindicatos e de coletivos de trabalhadores da cidade de Buenos Aires. A costura de história, perfil e ação sindical compõe o primeiro prisma deste dossiê, convidando a pensar os ataques e resistências, para além do caso brasileiro.

O segundo prisma do dossiê compõe-se de um mergulho nas condições materiais da profissão docente. O quarto artigo, de autoria de Daniela Oliveira Vidal da Silva e Claudio Pinto Nunes apresenta um balanço dos planos de cargos, carreira e remuneração de municípios do Sudoeste Baiano. O mergulho na análise documental em um contexto específico permite compreender de maneira mais densa a realidade subnacional brasileira e problematiza o ritmo de garantia de direitos entre o proclamado nacionalmente e o efetivado em cada local, a partir das políticas específicas. O quinto artigo, de autoria de Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Beatriz Hiromi Miura joga luzes sobre um caso

estadual. A partir da análise remuneração e da jornada dos professores da rede estadual e da análise das ações do sindicato estadual, as autoras refletem sobre a efetividade da Lei do PSPN no contexto do estado do Mato Grosso do Sul e de um ciclo de valorização docente que é ameaçado pelas restrições de gastos públicos a partir de 2017. O sexto texto, de autoria de Andréa Barbosa Gouveia, Marcos Alexandre dos Santos Ferraz e Marcus Quintanilha da Silva, propõe discutir o direito à aposentadoria digna como dimensão constitutiva da valorização docente. A partir do perfil dos professores que se aposentaram em 2008 e em 2016, os autores problematizam os possíveis efeitos de uma nova reforma da previdência que não considera os efeitos de regras mais restritivas nas condições de vida dos profissionais da educação básica. Este bloco de artigos evidencia como só é possível compreender o Brasil como um mosaico plural em que o nacional só pode ser lido na sua constituição federativa.

O terceiro prisma do dossiê encontra-se no debate sobre o sentido da profissão e da sua valorização simbólica. Neste terceiro bloco, há dois textos específicos sobre a profissão docente e os enfrentamentos sindicais, mas compõe-se também de artigos que ampliam a perspectiva do debate para o projeto social e educacional em disputa neste momento histórico.

Assim, o sétimo artigo, de autoria de Frederico Guilherme Campos de França e Solange Cardoso, apresenta uma abordagem teórica de análise sobre o diagnóstico apresentado sobre a profissão docente pelo Banco Mundial, problematizando a retórica do professor como inimigo da sociedade. O oitavo artigo, de Michelle Beltrão Soares e Laêda Bezerra Machado, apresenta-nos um olhar sobre a violência contra os professores a partir da Teoria das Representações Sociais e situa a questão no âmbito de uma sociedade violenta, problematizando as consequências individuais deste contexto e as consequências para as políticas educacionais.

O nono artigo, de autoria de Márcio Giusti Trevisol e Maria de Lourdes Pinto de Almeida, analisa a forma como o pensamento empresarial coloniza a escola, ao analisar os princípios neoliberais e sua impertinência no contexto educacional. Os autores apresentam a urgência de outra racionalidade para construção de experiências formativas democráticas. O décimo artigo, de André Dione Fonseca, novamente problematiza os efeitos da lógica neoliberal sob o sistema educacional, agora com enfoque no ensino superior. O décimo primeiro artigo, de Alex Ricardo Bombarda,

volta o olhar para um período histórico anterior, a fim de buscar raízes de acordos entre Brasil e Organismos Internacionais. Este enfoque nos acordos MEC/USAID faz emergirem reflexões sobre as consequências de tais articulações sobre o trabalho dos professores.

O último artigo sinaliza a construção da resistência, uma vez que Fernanda Motta de Paula Resende, Angelo Rodrigo Bianchini e Flávia Motta de Paula Galvão revisitam obras de Paulo Freire, para discutir a contribuição do conceito de democracia e refletir sobre as contribuições deste autor para os sentidos do trabalho na escola.

Além deste conjunto profícuo de artigos, este número da Revista Educação e Emancipação ainda estreia uma sessão de Entrevista. Para fechar um número sobre resistências, o convidado foi o Professor da Universidade Lusófona António Teodoro, o qual, a partir da sua atuação no momento de construção do sindicalismo docente em Portugal após o 25 de abril, que marca o retorno à democracia naquele país, e do seu refinado olhar de pesquisador faz uma envolvente reflexão sobre a profissão docente e a organização dos trabalhadores.

Finalmente, este número da revista contém a resenha do livro de Maria Dilnéia Fernandes Espíndola, intitulado de “Gestão Democrática da Educação no Brasil: a emergência do direito à educação”. A resenha de autoria de Jokasta Ferraz é um belo convite à leitura.

Organizar qualquer reflexão em meio a uma conjuntura como a deste ano de 2019 é um desafio. Considerar que um dos prismas pelos quais se pode ver a desconstrução de direitos sociais é o da desconstrução da pesquisa e da ciência, faz com que organizar e divulgar conhecimento sobre a realidade internacional, nacional e local seja uma forma também de resistência. Aprofundar o conhecimento sobre o vivido, possibilitar a controvérsia, alimentar a criatividade, a partir do conhecimento sistemático e rigoroso são formas de manter a perspectiva de esperança em uma sociedade com possibilidades de desenvolvimento humano, em que a profissão docente seja valorizada.

Esperamos que a leitura do dossiê neste número da revista seja um convite à continuidade das pesquisas e dos diálogos.

Andréa Barbosa Gouveia
Universidade Federal do Paraná
Marcos Alexandre dos Santos Ferraz
Universidade Federal do Paraná
Organizadores